

Ciências no currículo do Curso Normal Rural da Vila de Santa Izabel, Estado do Pará (1931-1936)

Joás Murilo Nunes
Jônatas Barros e Barros
José Jerônimo de Alencar Alves

Resumo

O presente artigo teve como objetivo analisar as condições que possibilitaram a inserção das ciências nos programas de ensino do Curso Normal Rural, criado em 1931, situado na vila de Santa Izabel do Estado do Pará. Para atingi-lo, a pesquisa foi norteadada pelas seguintes questões: como essas ciências e o curso que as abrigou encontraram condições de se viabilizar na cultura local? Que ciências foram essas, como foram representadas e como se situaram em relação as demais disciplinas no interior dos programas de ensino adotado? O conceito de cultura e de representação cunhados por Hall (2016) foram fundamentais para a análise das fontes historiográficas, tais como, decretos e regulamentos governamentais, programas de ensino e demais discursos que passaram a se inserir na cultura local. Entre essas representações havia as que requeriam a implantação de um ensino rural orientado para a prática de uma agricultura que seria eficiente, intensiva e, ao mesmo tempo, com profundo apreço pela terra e pela natureza, com fins de lidar com o problema do êxodo rural enfrentado na época. As disciplinas científicas que foram adotadas no programa do Curso Normal Rural de Santa Izabel, foram as denominadas: Ciências Naturais, em 1931 e Ciências Físicas e Naturais, em 1934.

Palavras-chave: Curso Normal Rural, Ciências, Cultura, Pará.

Abstract

The aim of this article was to analyze the conditions that made it possible to include the sciences in the teaching programs of the Rural Normal Course, created in 1931, located in the town of Santa Izabel in the state of Pará. To achieve this, the research was guided by the following questions: how did these sciences and the course that housed them find the conditions to become viable in the local culture? What were these sciences, how were they represented and how were they situated in relation to the other subjects within the teaching programs adopted? The concept of culture and representation coined by Hall (2016) was fundamental to the analysis of historiographical sources, such as government decrees and regulations, teaching programs and other discourses that became part of local culture. Among these representations were those that called for the implementation of a rural education oriented towards the practice of agriculture that would be efficient, intensive and, at the same time, with a deep appreciation for the land and nature, in order to deal with the problem of rural exodus faced at the time. The scientific subjects that were adopted in the program of the Santa Izabel Rural Normal Course were: Natural Sciences, in 1931 and Physical and Natural Sciences, in 1934.

Keywords: Rural Normal Course, Science, Culture, Pará.

A presente pesquisa se situa na interface entre a História da Ciência e da Educação, pois analisa a inserção das disciplinas referentes as Ciências Naturais no Curso Normal Rural, criado em 1931, na cidade de Santa Izabel, situada no interior do Pará. Estamos nos referindo às disciplinas que foram designadas por *Ciências Naturais* e *Ciências Físicas e Naturais*, que se situam nos programas de ensino, do referido Curso, apresentados no decorrer deste texto. Veremos, ainda, que embora essas disciplinas fossem minorias em relação às demais, elas se situaram na origem do processo pelo qual as Ciências Naturais passaram a se inserir no sistema escolar da referida cidade. Este Curso foi criado por decreto, em 1931, e funcionou em

uma construção de arquitetura monumental, que pela estética e dimensões, ainda hoje, se destaca na paisagem composta pelas demais construções da cidade.

Embora os Cursos Normais Rurais, situados no contexto das instituições de ensino do Brasil, hoje sejam inexistentes, outrora eles tiveram um lugar significativo. Em artigo intitulado, *A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930 – 1970)*, Chaloba¹ ao analisar “a história das instituições de ensino normal rural no país”, mostrou que diferentes modalidades de cursos rurais foram criadas no Brasil, entre 1930 e 1970, nos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraná, Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, com a finalidade de formar professores com “consciência agrícola”.

No que se refere a presença das ciências em Cursos Normais Rurais, encontramos a dissertação intitulada: *As disciplinas de ciências naturais na escola normal rural Murilo Braga (1954 – 1972)*. Santos² nesta dissertação, investigou a “organização e o funcionamento das disciplinas escolares: Ciências Naturais, Biologia Educacional, Educação Sanitária e Puericultura, e Ciências Físicas e Biológicas”, adotadas pela Escola Normal Rural Murilo Braga em Itabaiana, Sergipe, no período de 1954 a 1972. Para isso, analisou as disciplinas no currículo da escola, a formação e as ações dos professores, as cargas horárias, a seleção e transmissão dos conteúdos, definidos pela legislação e programa. Ela assina-la que as ciências estiveram presentes na escola em 1955 através das disciplinas Biologia Educacional, Puericultura e Educação Sanitária e no currículo de 1963 representadas pela disciplina Biologia. Acrescenta que, a partir de 1966 no currículo constavam as disciplinas: Ciências Físicas e Biologia, e Didáticas das Ciências. E, a partir de 1971 as disciplinas: Ciências, Biologia e Biologia Educacional.

As ciências na Escola Normal Rural criada na década de 1930, no município de Santa Izabel, situado no interior do Estado do Pará, ainda não foram alvo de análises historiográficas³. Entretanto, convém assinalar que bem antes, desde a década de 1870, escolas normais – sem a especificidade de serem voltadas para o exercício do magistério na zona rural – foram criadas na capital desse Estado. O processo inicial de inserção das ciências nos planos de ensino dessas escolas têm sido alvo de análises historiográficas.

Barros e Alves⁴ no artigo intitulado: *As Ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867 – 1890)*, analisaram a trajetória das ciências nos currículos dessa instituição

¹ R. F. de S. Chaloba, “A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930 a 1970)”. *Educar em Revista* 38, (2022): 3-4.

² A. da S. Santos. “As disciplinas de Ciências Naturais na Escola Normal Rural Murilo Braga (1954-1972)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Tiradentes, 2023), 25.

³ Observa-se que não foram encontradas pesquisas historiográficas sobre as ciências no Curso Normal Rural do Estado do Pará. No entanto, podemos destacar o artigo a seguir que analisa o Curso Regente Agrícola do Pará: Santos, J. A. G. dos, & José J. de A. Alves. “O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia”. *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces* 10, 2014.

⁴ Barros, J. B. e., & J. J. de A. Alves. “As Ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890)”. In *Escolas Normais Do Brasil: espaços de (trans)formação docente e*

destinada à formação de professores e as condições culturais que as tornaram possíveis. Eles assinalaram que as ciências – Física e Química – fizeram parte do plano de ensino da Escola Normal quando esta foi criada em 1871. Os autores consideraram que esse acontecimento foi marcante no processo de inserção das ciências no sistema escolar do Pará, pois, antes, elas foram adotadas nos planos de ensino do Liceu Paraense por curto espaço de tempo, de modo que na passagem para a década de 1870, estavam ausentes no Sistema Escolar do Pará. Posteriormente, logo após a proclamação da República, que ocorreu em 1889, outras ciências foram acrescentadas, como a Biologia, a Anatomia e a Fisiologia. Desse modo, as ciências se ampliaram nos planos de ensino do sistema escolar, por meio da Escola Normal, favorecidas pelo avanço da modernidade no Pará que se acentuou a partir de 1870.

O objetivo do presente artigo é analisar as condições que possibilitaram a inserção das ciências nos programas de ensino do Curso Normal Rural situado na vila de Santa Isabel do Estado do Pará. Por esse motivo, para compreendermos esse processo, indagamos: Como essas ciências e o curso que as abrigou encontraram condições de se viabilizar na cultura local? Que ciências foram essas, como foram representadas e como se situaram em relação as demais disciplinas no interior dos programas de ensino adotado?

A presente análise inicia em torno do momento em que as ciências foram inseridas no programa de ensino do Curso Rural Normal, logo que foi criado, em 1931 e finaliza quando adquiriram nova configuração em conformidade com o programa de ensino de 1934. Neste período, investigamos leis, regulamentos, programas de ensino, ou seja, discursos em torno da criação e do funcionamento do Curso Rural.

Trata-se de uma abordagem historiográfica que analisa as ciências, considerando a cultura em que se inserem, sendo esta considerada em conformidade com os ditos de Hall⁵ ao afirmar que a cultura diz respeito à “produção e ao intercâmbio de sentidos, os compartilhamentos de significados entre os membros de um grupo ou sociedade” e que em toda cultura “há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo e interpretá-lo”.

Hall⁶ enfatiza que “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”, ou ainda, “significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas”. No caso da presente pesquisa, as representações que nos interessam são as relacionadas às ciências e o Curso Normal Rural, que circularam na cultura de Santa Izabel do Pará.

produção de saberes profissionais, org. Iran A. Mendes, & Maria I. Stamatto. 431-449. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

⁵ Hall, Stuart. *Cultura e Representação* (Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016), 20.

⁶ *Ibid.*, 31.

Quanto a inserção das ciências no currículo escolar, convém assinalar que a analisamos como um processo dinâmico, como ressalta Silva⁷: “É natural que uma história do currículo nos ajude a ver o conhecimento corporificado no currículo não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico sujeito a mudanças e flutuações.” Ele acrescenta que uma história do currículo tem que ser “centrada numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacionalmente organizado”⁸. Neste sentido, buscamos as mudanças nas ciências adotadas no currículo do Curso Normal Rural, assim como, os determinantes sociais, entre eles os políticos, que criaram condições para que as ciências fossem incorporadas no currículo, ou mais especificamente, nos planos de ensino da referida escola.

1. CRIAÇÃO DO CURSO NORMAL RURAL E OS DISCURSOS SOBRE A RURALIZAÇÃO DO ENSINO

Neste item, analisamos as representações sobre o Curso Normal Rural nos decretos, portarias e demais documentos que prescreveram as normas de criação e funcionamento desta instituição destinada à formação de professores. Essas representações serão analisadas nas mensagens governamentais, publicações intelectuais; enfim, nos diversos discursos difundidos no contexto cultural local da época em que o Curso foi criado.

O Decreto⁹ de 1931, que criou o Curso Normal Rural, o representou como um curso que viria sanar as dificuldades geradas pelo propósito de formar professores no interior do Estado. Neste sentido assinalava que “grande parte de escolares do interior do Estado, desejando seguir o Curso Normal, não podem fazê-lo por falta de recursos para residirem na capital”, e também que, em geral, “os professores diplomados pela Escola Normal do Estado não querem sujeitar-se a reger escolas no interior, em face das dificuldades de vida e deficiência de meios de comunicação rápida com a capital”. Além disso, o referido Decreto afirmava que seria mais vantajoso para o Estado formar professores em um período mais curto, que pudessem atuar principalmente nas escolas localizadas em áreas rurais, com “habilitações suficientes para servirem os interesses das mesmas, por meio de ensino prático e adequado à população escolar respectiva”.

O prédio que abrigou o Curso Normal Rural, ainda hoje, possui arquitetura monumental e é situado na vila de Santa Izabel (Figura 1). Este prédio tem arquitetura de estilo eclético com elementos neoclássicos. Destaca-se que elementos que o constituíram são caracterizados pelo uso do ferro, vidro, azulejos e pela influência e utilização dos estilos: *Art Nouveau* (estilo artístico que tem como características a presença de elementos naturais, como flores, pássaros, folhas, entre outros) e Neoclassicismo (estilo artístico que remete

⁷ Silva, Tomaz Tadeu da. Apresentação para *Currículo: teoria e história*. (Petrópolis, RJ: Vozes, 2018), 7.

⁸ *Ibid.*, 10.

⁹ Pará. “Decreto no 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial, (1931): 1. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

elementos da antiga cultura greco-romana que tem como características a presença de frontões triangulares; colunas em estilo Jônico, Dórico e Coríntio; uso de materiais nobres como mármore e granito; produção de abóbadas e cúpulas)¹⁰.



Figura 1: Fachada do prédio em que funcionou o Curso Normal Rural de Santa Isabel, foto registrada em 1935¹¹.

No prédio em que esse Curso foi instalado, funcionava, também, o Orfanato Antônio Lemos que teve suas origens no “Orphelinato Paraense, criado em Belém, capital do Pará, no ano de 1893, com o objetivo de amparar e educar meninas órfãs”, e de acordo com o “relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, no dia 20 de maio de 1930, a transferência das órfãs para Santa Isabel deu-se no ano de 1930”¹².

No que diz respeito ao contexto cultural da vila de Santa Isabel¹³, podemos destacar que a mesma pertencia a um dos núcleos agrícolas da Zona Bragantina voltada para a produção de farinha de mandioca, arroz, feijão, milho e outros cereais. A vila, que se tornou município em 1934, tinha franca comunicação com a capital do Estado e outros municípios circunvizinhos que se situavam no percurso da Estrada de Ferro de Bragança, que foi inaugurada em 10 de junho de 1884, estreitando, desde então, a comunicação com capital do Estado¹⁴.

¹⁰ L. de F. F. da Rosa. “O Potencial Patrimonial e Museológico do Conjunto Arquitetônico Antônio Lemos em Santa Isabel do Pará”. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia, Universidade Federal do Pará, 2015.

¹¹ Pará. “Álbum do Estado do Pará: Relatório do ano de 1935”. (Belém: Tipografia “Novidades”, 1939). Biblioteca Pública Arthur Vianna, Setor de Obras Raras.

¹² França, M. do P. S. G. de S. & A. S. F. Pimenta. O desabrochar da flor da caridade e a formação de mulheres no orfanato Antônio Lemos. *Revista Práxis Educacional* 18, (2022): 4.

¹³ Pará. “Álbum do Estado do Pará: Relatório do ano de 1935”. Belém: Tipografia “Novidades”, 1939. P. 230-231. Biblioteca Pública Arthur Vianna, Setor de Obras Raras.

¹⁴ Lima Leandro, L. M. de, & F. C. da Silva. “A estrada de ferro Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará”. *Novos Cadernos NAEA* 15, n. 2 (2012): 144-145.

A Estrada de Ferro de Bragança ligava os municípios de Belém e Bragança e foi de suma importância na formação da Zona Bragantina, região cuja ocupação foi fomentada com vistas ao desenvolvimento de núcleos agrícolas no estado do Pará, no período de expansão da atividade gomífera, e, logo, o desenvolvimento de Santa Izabel. A ferrovia teve como fundamento econômico a criação de colônias agrícolas ao longo de seu eixo principal para produzir alimentos para o abastecimento do mercado da capital. Desse modo, no fim do século XIX e início do XX os governantes se esforçaram e despenderam recursos para fomentar a colonização com o imigrante europeu em busca das técnicas no trato com a terra para alavancar a produção de alimentos na Zona Bragantina¹⁵. Em síntese, o discurso proferido naquela época era sobre a importância da imigração de europeus, que vinham estimular a terra tirando dela o melhor rendimento através das técnicas de agricultura, ou melhor, da “ciência do cultivador”.

hoje não é mais a terra que deve produzir; deve o agricultor estimulá-la e tirar dela o melhor partido possível. O clima, as qualidades do solo e o suor dos trabalhadores cessaram de ser os únicos fatores do rendimento agrícola: a ciência do cultivador tornou-se o seu principal agente¹⁶.

No que se refere a prática pedagógica no Curso, conforme o referido Decreto¹⁷, ressaltava-se que havia uma espécie de estágio docente, realizada em aulas primárias internas, precedida pelas lições das alunas do curso, que as registravam em seus diários de classe. Os professores eram responsáveis por orientar e corrigir as falhas e lacunas.

O Decreto acrescentava ainda que para se matricular, as candidatas deveriam ter no mínimo treze anos de idade e ser aprovadas nos exames de admissão correspondentes ao último ano do curso primário. O número máximo de alunas matriculadas em cada ano do curso não poderia exceder trinta. Caso houvesse mais candidatas, seriam aproveitadas as de melhores notas até completar o número da matrícula. No entanto, a aluna que repetisse o ano por eliminação, reprovação ou inabilitação e fosse novamente reprovada não poderia ser admitida à terceira matrícula.

O Decreto de criação do Curso assinalava que as alunas concluintes receberiam “diplomas de professoras primárias rurais, que lhes darão direito a nomeação para a regência de escolas do interior do município, e na falta de professores normalistas, para qualquer escola primária, também do interior”¹⁸.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Cruz, E. “A Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política”. (Belém: SPVEA, 1955), 52. Biblioteca Pública Arthur Vianna, Setor de Obras Raras.

¹⁷ Pará. “Decreto nº 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial, (1931): 1. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

¹⁸ Pará. “Decreto nº 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial, (1931): 2. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

No que diz respeito as representações sobre Curso difundidas pelos governantes e intelectuais da época. Destacamos Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Major, que governou o Pará, como Interventor federal, entre os anos de 1930 a 1935¹⁹. Em mensagem apresentada à Assembleia Constituinte do Estado em 1935, ele se pronuncia em favor de um ensino rural, ao relatar estar convencido de “se achar no interior a salvação geral do Estado”²⁰ e preocupado com a “difusão do ensino rural, na esperança de assim contribuir para a segurança definitiva dos destinos do Pará” e que seria a “fonte do porvir econômico que nos há de proporcionar prosperidade, conforto e paz”²¹.

Por conseguinte, Magalhães Barata destacava que essa prosperidade viria da “escola rural de verdade e não escolas citadinas disfarçadas em rurais”²², ele acrescenta que seu objetivo era criar o professor rural, “de preferência buscando no próprio meio ambiente, isto é, filho das regiões onde, mais tarde, irá instruir, a fim de que o ensino ministrado lhe saia do cérebro aquecido pelo coração”²³. Acrescentava que não desejava no interior, o professor da cidade, “prejudicado pelos hábitos e cosmopolitismo desta”²⁴. E afirmava preferir o elemento feminino para cumprir essa “patriótica missão”, que como dizia ele, seria “mais fácil de fixar-se, até mesmo pelo casamento, do que o homem”. Para justificar essa preferência assinalava:

*cada região receberá o ensino conforme as riquezas naturais de que for dotada, afim de, com inteligência e habilidade, interesse e afeto, – no que é prodigo o coração feminino, desvendar aos olhos das crianças o que há de belo e rico no solo em que nasceu, lançando, assim, aos poucos, os primeiros laços de confiança e amor entre o habitante e a terra, ambos até agora criminosa e erradamente esquecidos*²⁵.

Destacamos, também, o discurso proferido pelo Governador Dr. José Carneiro da Gama Malcher. José Malcher, que sucedeu a Magalhães Barata e foi eleito Governador constitucional pela Assembleia

¹⁹ De acordo com Pandolfi, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Org. Ferreira, D., & Lucília de A. Neves, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Após a revolução de 1930, uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas foi o Sistema de Interventorias, um importante instrumento de controle do poder central na política local. Ao contrário do pré-1930, quando o governador era eleito e próximo das classes dominantes locais, no pós-1930 o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República.

²⁰ Pará. “Mensagem apresentada pelo interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata à Assembleia Constituinte do Estado em quatro de abril de 1935”. (Belém: Oficinas Gráficas do Instituto D. Macedo Costa, 1935), 202. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

²¹ Ibid.

²² Ibid.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ Pará. “Mensagem apresentada pelo interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata à Assembleia Constituinte do Estado em quatro de abril de 1935”. (Belém: Oficinas Gráficas do Instituto D. Macedo Costa, 1935), 202. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

Constituinte do Estado do Pará entre 1935 a 1938, cursou Direito na Faculdade de Recife; foi Intendente Municipal, Senador do Estado, Deputado Estadual pelo partido Republicano Liberal.

Em 1936, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, Malcher enfatizava a necessidade de criar escolas rurais, orientando a população para a prática de uma “cultura racional e intensiva da terra”. Isto significava modificar a agricultura tradicional local, pois os que a praticavam eram representados por ele, como populações “incultas” que não viam a terra “como fonte inesgotável de riqueza”, por isso, “sonham em trocá-la pela capital”. Nas palavras do governador:

Julgamos necessária a criação de escolas rurais, destinadas a dar às populações do interior uma instrução sólida, porém compatível com meio, orientando-as para a cultura racional e intensiva da terra, despertando-lhes o amor e o carinho pelos campos. Desse modo brasileiros, fontes inesgotáveis da riqueza do país, tão mal compreendidas pelas populações rurais, incultas e doentias, que mal orientadas sonham sempre trocá-las pela capital²⁶.

A questão da fixação da população rural à terra pode ser vista na obra de Dalcídio Jurandir²⁷ (1909 – 1979), que, como se pode ver, é contemporâneo à criação de Escola normal Rural. Renomado como escritor sobre a cultura amazônica, ele publicou dez romances que compõem o ciclo Extremo Norte, destacando-se: “Chove nos campos de Cachoeira”, que recebeu o Prêmio Machado de Assis, pela Academia Brasileira de Letras em 1975. Dalcídio Jurandir atuou como membro da Diretoria de Educação e Ensino do Pará e contribuiu para diversos jornais e revistas brasileiras como repórter, cronista e crítico de arte. No Pará, colaborou com o jornal “O Estado do Pará” e as revistas: “Revista Escola”, “Novidade”, “Terra Imatura” e “A Semana”²⁸. Em um artigo intitulado “O problema do ensino rural: curso de piscicultura do Pará”, publicado na Revista Escola em 1934, ele ressaltava que a adaptação do ensino rural ao ambiente em que se localiza era uma questão que estava em vigor, inclusive, entre os sociólogos.

A adaptação do ensino rural ao ambiente em que se acha localizado, criando os “centros de interesses” no meio e nas tendências, é, em suma, o ideal do ruralismo por que tanto se bate o bom senso dos nossos sociólogos e dos que veem a solução do problema nacional na fixação definitiva das nossas populações rurais²⁹.

²⁶ PARÁ. “Mensagem do governador Dr. José Carneiro da Gama Malcher à Assembleia Legislativa do Pará”. (Belém: Oficinas Gráficas do Instituto D. Macedo Costa, 1936), 98.

²⁷ Furtado, M. T., & Tayana S. Barbosa. “Dalcídio Jurandir: para além do romancista”. *DLCV (Departamento de Letras Clássicas e vernáculas)* 7, n. 2, João Pessoa (2010): 54-61.

²⁸ Ibid.

²⁹ Jurandir, D. “O problema do ensino rural: curso de piscicultura do Pará”. *Revista Escola: Revista do Professorado do Pará* 1, no. 3 (1934): 35.

Jurandir ressaltava³⁰ ser preciso encaminhar o povo a fixar a sua realidade no meio em que nasceu e trabalhava, educando-os na sua própria “atmosfera de atividades”. O autor ressaltava a importância do ensino contextualizado, que os métodos da escola rural deveriam inspirar-se nas “condições e necessidades do trabalho e do interesse das crianças na sua própria ambiência”. Nesse sentido, ressaltava o ensino de ciências contextualizado com o cotidiano dos alunos interioranos, pois Jurandir destacava que o peixe vindo do mar, dos rios e igarapés era um “ramo maravilhoso de observações, de interesses de sugestões fecundas” e que a água era um centro de interesse, e o “peixe encaminha o interesse à história natural”.

Em síntese, o Curso Normal Rural era representado como uma escola que tinha como objetivo formar professoras em um período mais breve, capacitando-as para atuar nas escolas localizadas em áreas rurais do Estado era ministrado em Santa Izabel, núcleo agrícola localizado às margens da Estrada de Ferro de Bragança no interior do Pará. O curso foi representado pelos discursos de governantes e intelectuais da época. Sua criação foi defendida com base na preocupação em difundir o ensino rural, visando contribuir para a segurança definitiva dos destinos do Pará. Além disso, o Governador José Malcher propunha a criação de escolas rurais, que oferecessem uma educação institucionalizada, adaptando-se ao contexto em que viviam as populações do interior.

2. CIÊNCIAS NATURAIS NOS PROGRAMAS DE ENSINO DO CURSO NORMAL RURAL

Analisamos, neste item, estas ciências nos programas de ensino do Curso Normal Rural do Pará, localizado em Santa Isabel que, como veremos, estiveram presentes no primeiro programa de ensino de 1931; e no segundo, de 1934, quando adquiriram nova configuração. Para isso indagamos: que ciências foram estas? Como se situaram em relação às outras disciplinas?

O Programa de Ensino determinado pelo Decreto de 1931³¹, incluiu uma disciplina denominada Ciências Naturais no último ano. Como se pode observar, era apenas uma disciplina entre as demais que compunham o programa de ensino, tais como: Matemáticas, Linguagem, Humanidades, Agricultura, Pedagogia e outras (Figura 2).

³⁰ Ibid., 35-36.

³¹ Pará. “Decreto nº 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

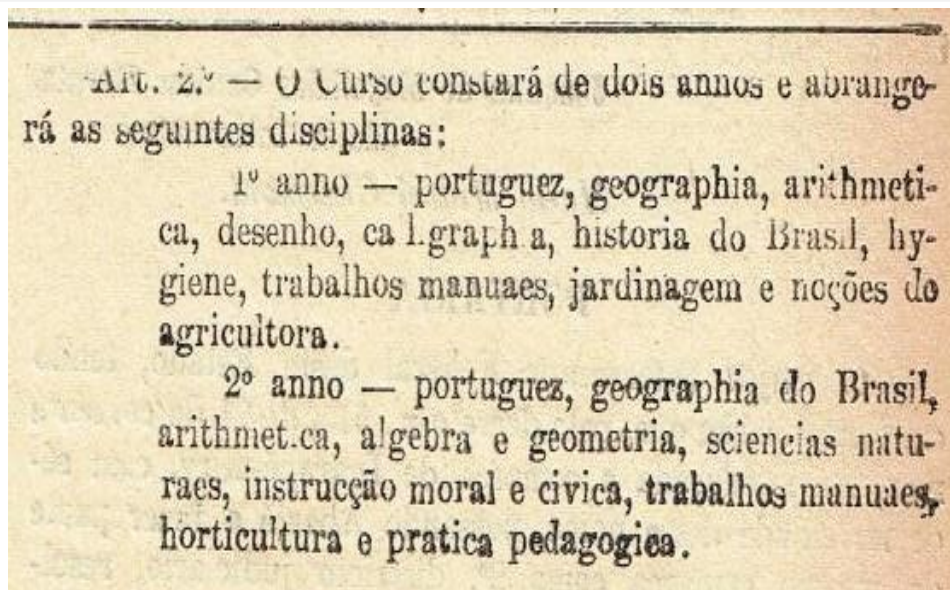


Figura 2: Disciplinas do Curso Normal Rural do Pará presentes no Decreto de 1931.³²

Embora as Ciências Naturais fosse apenas uma disciplina inserida no programa de ensino do Curso Normal Rural situado em Santa Izabel do Estado do Pará, este fato é significativo, pois mostra que, na década de 1930, as ciências estavam presentes no programa de uma instituição destinada à formação de professoras situada no interior deste Estado e não apenas nas da capital. Convém mencionar que nas instituições da Capital, como mostra a historiografia, as ciências começaram a se inserir desde a década de 1870, quando a Física e a Química foram incluídas no programa de ensino da Escola Normal, criada neste momento³³.

Além disso, é válido ressaltar que antes da inserção da disciplina Ciências Naturais no programa do Curso Normal Rural, as ciências naturais só fizeram parte do programa de ensino de uma escola de formação de professores do Pará, no caso a Escola Normal do Pará, em 1890, quando foi representada pela disciplina Noções de Ciências Naturais. Isso ocorreu por curto espaço de tempo, pois ela permaneceu apenas um ano nesta escola.³⁴

Quanto as aulas, estas deveriam ser ministradas pelo Método Intuitivo, conforme assinala, ainda, o Decreto que estabeleceu a criação do Curso Normal Rural, em 1931³⁵. Ele estabelece que: “As aulas serão todas utilizáveis para o fim proposto e fundar-se-ão no método intuitivo, de forma a serem facilmente assimiladas e aproveitadas pelas alunas”. Não há informação referente ao modo como seria adaptado ao

³² Ibid.

³³ Barros, J. B. e., & J. J. de A. Alves. “As Ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890)”. In *Escolas Normais Do Brasil: espaços de (trans)formação docente e produção de saberes profissionais*, org. Iran A. Mendes, & Maria I. Stamatto. 431-449. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

³⁴ Lima, Marcelino Carmo de. “Condições culturais de inserção da História Natural na Instrução Pública do Pará (1851-1891)”. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2023.

³⁵ Pará. “Decreto nº 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

referido Curso. Entretanto, no que se refere ao Método Intuitivo relacionado ao ensino de matemática no Estado do Pará, na mesma época, isto é, entre 1850 a 1950, Mendes e Machado destacam que ele consistia na “obtenção de um conhecimento que se processava por meio dos sentidos e da observação; ou seja, pode significar de forma muito ampla a possibilidade dos estudantes em operar associações diretas por meio da manipulação de objetos”³⁶.

O Curso deveria seguir os regulamentos estabelecidos no Decreto de 1931, mas os que ele deixasse de especificar deviam seguir os estabelecido para a Escola Normal situada na capital do Pará. Neste sentido, o Decreto assinalava, no que se refere a: “matrícula, ano letivo, aulas, disciplinas, exames, penas disciplinares e outros pontos não especificados neste decreto, o Curso obedecerá ao Regulamento da Escola Normal Oficial”³⁷. Isso não significa que as duas escolas funcionassem de modo idêntico a esta escola situada na capital.

Um novo programa de ensino para o Curso Normal Rural foi estabelecido por uma Portaria decretada em 2 de janeiro de 1934³⁸, pelo Diretor Geral da Educação e Ensino Público, Amazonas de Figueiredo, que por “ordem do Sr. Major Interventor Federal neste estado, resolve determinar que seja adotado, no Curso Normal Rural, o programa que vai abaixo publicado”. No que se refere as ciências, estas continuaram a serem representadas apenas por uma disciplina, Ciências Físicas e Naturais, cuja denominação, como podemos observar é diferente da que foi adotada no programa de 1931, denominada Ciências Naturais. Continuava a ser uma disciplina das Ciências da Natureza que dividia espaço com disciplinas de outros campos do saber, tais como: Língua Nacional, Geografia, História do Brasil, Aritmética, Geometria, Higiene, Pedagogia Prática, Corografia, Português, Instrução Moral e Cívica.

O Programa referente as Ciências Físicas e Naturais é bastante amplo, conforme se pode ver na figura 3, que segue. Podemos ver que os conteúdos são bastantes diversificados. Nele está presente a anatomia humana, destacando os órgãos principais, os principais ossos da cabeça, dos membros e do tronco, além de explorar o funcionamento do aparelho digestivo e do sistema respiratório. Havia estudos sobre a estrutura e função dos vegetais, incluindo seus órgãos de nutrição, a formação de frutos e a reprodução vegetal. A disciplina também se dedicava ao estudo de conceitos como gravidade, calor, luz e os três estados da matéria. Além disso, incluía o estudo da flora e fauna brasileira, assinalando suas riquezas e utilidades, incluindo as principais madeiras do Brasil. A disciplina abordava a distinção entre corpos

³⁶ Mendes, I. A., & Benedito F. Machado. “O Ensino intuitivo no estado do Pará e o ensino de matemática”. *Revista Cocar*, n. 6 (2019): 56.

³⁷ Pará. “Decreto nº 520, de 26 de outubro de 1931, cria o Curso Normal Rural”. Atos do Interventor Federal. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

³⁸ Pará. “Portaria, baixa o Programa para o Curso Normal Rural”. Diretoria Geral da Educação e Ensino Público. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1934. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

simples e compostos, e fenômenos naturais como nuvens, chuva, eletricidade, relâmpago, raio e trovão entre outros (Figura 3).

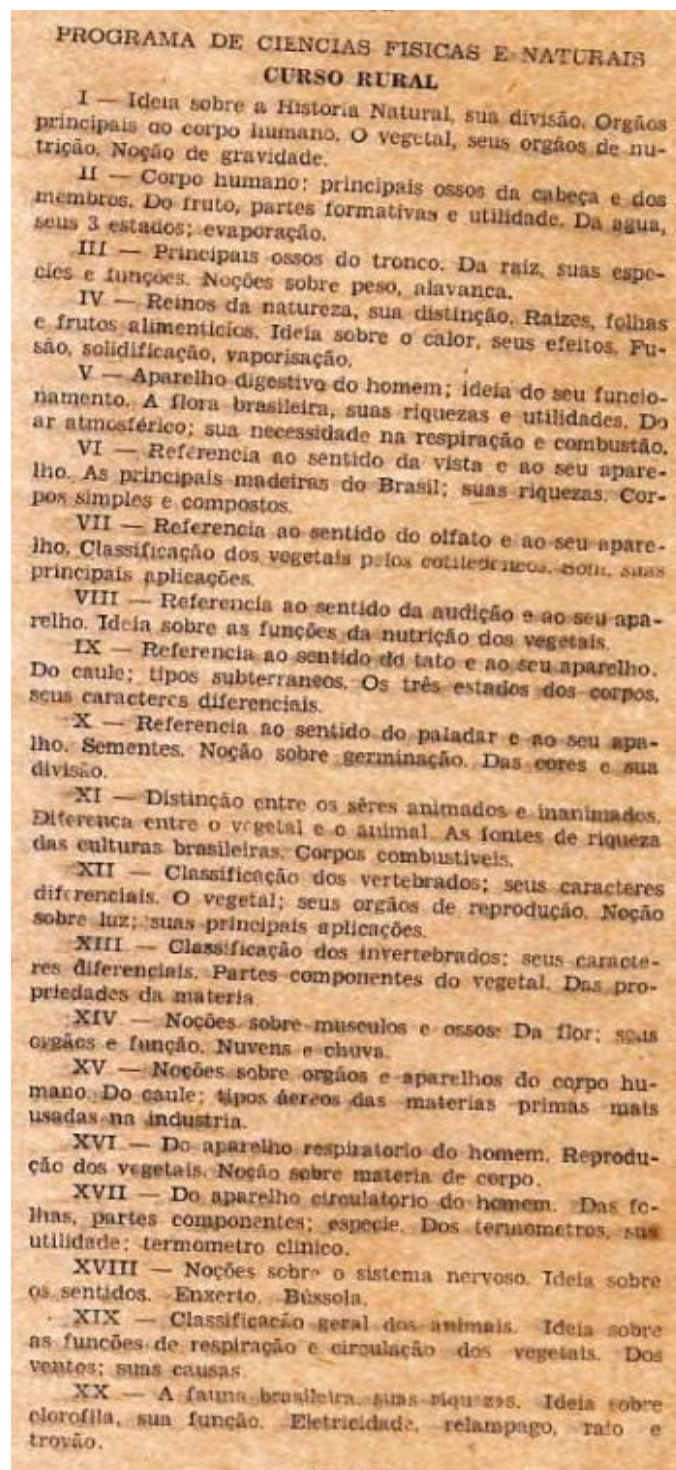


Figura 3: Programa de Ensino de 1934 da disciplina de Ciências Físicas e Naturais do Curso Normal Rural do Pará.³⁹

³⁹ PARÁ. "Portaria, baixa o Programa para o Curso Normal Rural". Diretoria Geral da Educação e Ensino Público. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1934. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

Em síntese, no que se refere às ciências no Curso Normal Rural, localizado no Estado do Pará, vimos que, uma disciplina denominada Ciências Naturais foi adotada no primeiro programa deste curso, quando ele foi criado em 1931. Isso era compatível com discurso governamental que pretendia modificar as práticas tradicionais de agricultura no meio rural, pela inserção de uma cultura fundada na racionalidade científica. Era o deslocamento para o meio rural do processo de inserção das ciências nos currículos de escolas normais, que começou a ocorrer nas Escolas Normais da capital do Pará desde segunda metade do século XIX. Entretanto, não de modo completamente idêntico. Pretendia-se que ao se deslocar para o meio rural fosse adaptado de modo a se tornara mais compatível com as práticas utilizadas na agricultura que se pretendia promover.

Quando a Escola Normal Rural passou a ser regida por novo programa de ensino, em 1934, as Ciências Físicas e Naturais substituíram as Ciências Naturais, adotadas em 1931. Não encontramos o programa desta disciplina nos documentos da época, entretanto, no que se refere às Ciências Físicas e Naturais, de 1934, pudemos observar que abordava assuntos bastante diversificados, que variavam desde o estudo do corpo humano até conceitos científicos mais abstratos como o estudo do calor e luz.

O Método Intuitivo, propondo que o aprendizado fosse realizado mais a partir da observação da natureza do que por meio de teorias abstratas, atesta a intenção de orientar o Curso Normal Rural por um aprendizado mais fundado em observações, do que na simples transmissão de conhecimentos. Isto significava uma aprendizagem que procurava se identificar com observações requeridas pela prática, tal como a prática científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao serem adotadas pelo Curso Normal Rural criado em 1931, em Santa Izabel, as ciências se deslocavam da capital para o interior do Estado, no caso presente, por meio de uma escola de formação de professores, isto é, de formação daqueles que iriam atuar no meio rural. Isto significa que as ciências - assim como as demais disciplinas que compunham o currículo desta escola - eram ensinadas para aqueles, que por sua vez, deveriam ser os principais responsáveis por transmitir conhecimentos para o sistema escolar que se difundia pelo interior do Estado.

A inserção das ciências no currículo de uma escola de formação de professores para o meio rural atesta o propósito de difundi-las para uma população que vivia em uma cultura marcada, sobretudo, pela produção agrícola. População esta, que passava a se comunicar de modo mais acentuado com a capital do Estado, por meio da Estrada de Ferro de Bragança.

A monumentalidade do prédio representava a significativa importância atribuída aos cursos que nele funcionavam, como o destinado a formação de professoras para atuar no meio rural. Como vimos, os governantes e intelectuais da época representavam o Curso Normal Rural como uma entidade destinada a

contribuir para o futuro do Estado e combater êxodo rural, por meio da difusão de conhecimentos que representavam o cultivo da terra de forma racional e intensiva, despertando o amor pelo ambiente e pela terra, bem como, o interesse pelas ciências.

Aliás, as ciências, que estavam sendo introduzidas nas escolas da capital desde a segunda metade do século XIX, foram incorporadas desde o início no Curso Normal Rural. Isso demonstra a valorização da racionalidade científica e a intenção de difundir esse conhecimento para as populações rurais em regiões remotas do Estado. Embora as ciências fossem apenas uma disciplina, convém lembrar que, como vimos, o programa de Ciências Físicas e Naturais era bastante amplo, incluindo desde o estudo do corpo humano até conceitos científicos mais abstratos como o estudo do calor e luz, refletia a amplitude e a profundidade do ensino das ciências naquela época.

A proposta de reger os ensinamentos do Curso Normal Rural pelo método intuitivo pretendia promover um processo de aprendizagem mais prático teórico. Atesta o propósito de inserir componentes da cultura científica no modo de cultivar a terra. E, mais que isso, de inserir na cultura local, marcada pela produção agrícola, os padrões de uma outra cultura, representada como uma cultura fundada na racionalidade e na ciência.

SOBRE OS AUTORES:

Joás Murilo Nunes

Universidade Federal do Pará

joasmurilonunes@gmail.com

Jônatas Barros e Barros

Universidade Federal do Pará

msjbbarros@gmail.com

José Jerônimo de Alencar Alves

Universidade Federal do Pará

jeroalves77@gmail.com

Artigo recebido em 22 de abril de 2024
Aceito para publicação em 16 de junho de 2024



Todo conteúdo desta revista está licenciado em Creative Commons CC By 4.0.